

## 2º Fórum Europeu Niélény de Soberania Alimentar Cluj Napoca, Roménia

### Relatório de Missão



25 a 30 de Outubro de 2016

## 1. Enquadramento

O princípio da soberania alimentar foi lançado pela La Via Campesina durante a Conferência Mundial da Alimentação, que teve lugar em 1996, em Roma. É um enquadramento político defendido por um número crescente de agricultores, camponeses, pastores, pescadores, povos indígenas, mulheres, jovens rurais e organizações ambientalistas. Desde essa data, a soberania alimentar tem desempenhado um papel cada vez mais importante na discussão sobre agricultura e alimentação e constitui uma alternativa às políticas neoliberais. Antes da introdução do conceito da soberania alimentar, a segurança alimentar limitava-se à procura de formas de garantir uma alimentação suficiente através do comércio ou ajuda alimentar, a nível nacional ou internacional.

A soberania alimentar coloca os produtores e os consumidores no centro do debate, e apoia todos os povos no seu direito de produzir os seus próprios alimentos, independentemente das condições do mercado internacional. A soberania alimentar surge, assim, como uma política alternativa para o contexto dominado pelo agronegócio, um modelo destruidor do meio ambiente, que provoca hábitos de consumo insustentáveis e problemas de saúde pública. A abordagem da soberania alimentar permite realocar os sistemas alimentares a nível local, desenvolver programas de investigação para a produção ecológica, fazer emergir políticas alimentares, nos termos de uma governação democrática, opondo-se e resistindo à contaminação dos alimentos por OGM e agroquímicos e à mercantilização e à privatização dos recursos naturais.

Nos últimos anos tem-se verificado na Europa um incremento de modelos de produção agro-ecológica camponesa e o surgimento de uma grande variedade de modelos alternativos: produção biológica, biodinâmica, permacultura e um aumento da instalação de pessoas sem experiência anterior na agricultura. O conceito de agroecologia e muitas das suas práticas chegou a um público mais alargado, fruto da sua divulgação nas escolas de agroecologia e programas de intercâmbio de camponeses. Do ponto de vista do consumo, cada vez mais pessoas percebem a importância de mudar a sua forma de comprar, confeccionar e ingerir os seus alimentos, por razões relacionadas com a salvaguarda do meio ambiente, por aspetos relacionados com a saúde, religião, bem-estar animal e direitos dos trabalhadores. Por outro lado, existe uma valorização crescente em torno do estreitamento das ligações entre os modelos de produção e as necessidades de consumo.

O Movimento Nyéléni Europa reúne organizações de camponese(a)s, pescadore(a)s, pastore(a)s, povos indígenas, consumidore(a)s, organizações não-governamentais, sindicatos, movimentos para o desenvolvimento, de investigação e de direitos humanos, movimentos alimentares comunitários, entre outros. Tem como objectivo promover as iniciativas existentes em matéria de soberania alimentar, reforçando o trabalho à escala local, nacional, regional e mundial.

O movimento Nyéléni foi criado por uma aliança de movimentos sociais em 2007. Nesse ano, foi organizado o Fórum Internacional Nyéléni para a Soberania Alimentar, que decorreu no Mali e contou com a participação de 500 representantes de organizações de produtores de alimentos, consumidores e movimentos ambientalistas de todo o mundo. Esta iniciativa foi o ponto de partida para o movimento global da soberania alimentar. Posteriormente organizou-se o Fórum Nyéléni Europa, em 2011, na Áustria, onde se aprovou um plano de ação.

Na sequência destas iniciativas, decorreu de 25 a 30 de Outubro, na Roménia o 2.º Fórum Nyéléni Europeu para a Soberania Alimentar, com a participação de mais de 600 representantes oriundos de mais de 40 países da Europa, Ásia Central e de outros países e regiões do Mundo. A localização do Fórum na Roménia foi particularmente feliz pois permitiu a abertura do movimento de soberania alimentar à Europa de Leste, região que possui uma larga e vibrante comunidade de camponeses que se encontra muito vulnerável ao açambarcamento de terras e aos investimentos do capital global.



Este documento constitui o relatório da participação da REDSAN-CPLP e da ReAlimentar neste Fórum. Em representação destas organizações participou Miguel Malta. Estas organizações integraram a Delegação Portuguesa, que contou também com representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), organização que integra também a ReAlimentar, e a Wakeseeds - Associação para a Sustentabilidade e Desenvolvimento Pessoal e Comunitário.

## 2. Objetivos do Fórum

O Fórum Nyéléni Europeu para a Soberania Alimentar foi organizado em torno dos seguintes objetivos:

1. Trocar experiências – o Fórum constituiu um espaço inclusivo para o intercâmbio de boas práticas e experiências desenvolvidas dentro do movimento de soberania alimentar e integradas nos principais eixos temáticos.



2. Construir um entendimento comum em torno do conceito da soberania alimentar na Europa e noutras regiões; o Fórum constituiu um espaço para avaliar, discutir, identificar diferenças e construir consensos.

3. Desenvolver uma estratégia e um plano de ação para reforçar e alargar o movimento soberania alimentar na Europa e noutras regiões; aumentar as ligações e convergência entre os diferentes componentes e as lutas em curso dentro do movimento de soberania alimentar; construir alternativas concretas e coletivas para o modelo industrial de produção e consumo; criar projetos, campanhas, iniciativas, estratégias e planos de ação em torno de eixos temáticos e grupos constituintes - a partir do nível local até ao nível pan-europeu; aumentar a visibilidade: chegar às pessoas, ao público, aos formuladores de políticas; inspirar e motivar as pessoas de todos os grupos e organizações, grupos etários e regiões para se juntarem ao movimento, com o foco crescente sobre a mobilização de iniciativas da Europa de Leste; desenvolver uma estrutura de trabalho para manter e assegurar a continuidade do trabalho coletivo depois do Fórum.

4. Influenciar e defender as políticas que apoiam a soberania alimentar na Europa, através da luta pela mudança estrutural sobre as políticas alimentares e agrícolas no âmbito mais vasto da soberania alimentar; garantir que os alimentos políticos europeias e nacionais que influenciam a agricultura e os alimentos contribuem para o cumprimento dos direitos humanos, bem como para a justiça social e do clima a nível global; contextualizar movimento no quadro geral dos movimentos sociais e da agenda global de governança dos alimentos.

### 3. Eixos temáticos e atividades

O 2º Fórum Nyéléni Europeu para a Soberania Alimentar organizou-se em torno de 5 eixos temáticos: Produção e consumo, distribuição, trabalho e condições sociais, recursos naturais e “commons” e políticas públicas.



Foram várias as atividades desenvolvidas no Fórum. Um grupo de animadore(a)s multilingue, apoiados por uma equipa de definição metodológica e uma equipa de tradutores voluntários foram organizando as sessões. Estas sessões assumiram os seguintes formatos:

- sessões plenárias com todo o grupo presente (nomeadamente na abertura e encerramento e no início dos trabalhos todas manhãs; tratou-se de um espaço privilegiado para fortalecer o entusiasmo coletivo);
- discussões temáticas, com o grupo maior a ser repartido por grupos mais pequenos;
- debates em torno de ações e campanhas;
- visitas de campo a agricultores e transformadores familiares;
- espaços abertos (destinados a grupos auto-organizados);
- encontro por sectores (produtores, consumidores, ONG, investigadores, sindicatos, etc.);
- encontros por delegações nacionais e sub-regionais (Exemplo: Ibéria);
- eventos público;
- sessões de mística;
- espaço aberto com filmes e atividades culturais (incluindo espetáculo com músicos locais;

Para conhecer em detalhe a agenda do Fórum, favor consultar Anexo 1.

Durante o Fórum esteve montada uma Feira das Delegações onde foi possível desenvolver múltiplos intercâmbios, distribuir/recolher material informativo de/por cada organização/delegação, provar produtos locais e distribuir sementes tradicionais.

#### 4. Resultados

No Fórum participaram mais de 600 representantes oriundos de mais de 40 países da Europa e da Ásia Central e observadores convidados de outros países e regiões. Foram organizados vários grupos de trabalho temáticos que por sua vez se dividiram em sub-grupos. O volume de contributos exigirá tempo para que o resultado final possa ser bem estruturado e divulgado. Difícilmente os participantes saíram com uma visão de conjunto sobre o que foi decidido globalmente no Fórum. O objetivo final é fazer com que os resultados e compromissos obtidos, e adequados às capacidades das organizações participantes, possuam um potencial transformador, promovendo, desta forma, uma transição para sistemas agro-alimentares mais sustentáveis.



Após cinco dias de discussões, foram lançadas as bases para recuperar e realocar os sistemas alimentares e multiplicar as plataformas de Soberania Alimentar na Europa e noutras regiões do mundo. Uma enorme diversidade de participantes envolvidas no sistema alimentar estiveram presentes, incluindo agricultores, trabalhadores agrícolas e da alimentação, sindicalistas, investigadores, ativistas, pescadores, pastores, povos indígenas, consumidores e defensores dos direitos humanos e redes e plataformas que integram atores diversificados, como é o caso da REDSAN-CPLP e da ReAlimentar.

Para combater a exploração destrutiva do sistema industrial de produção de alimentos, uma série de ações-chave foram identificadas no Fórum. Estas ações incluem estratégias para a promoção de direitos justos e equitativos para os trabalhadores agrícolas - e para

os trabalhadores migrantes em particular - políticas públicas que colocam os recursos naturais (incluindo terra, água e os direitos de posse da terra por parte dos indígenas) nas mãos de pessoas locais e não nas mãos das grandes corporações. Estratégias para colocar os sistemas de distribuição de alimentos que privilegiam a produção local e sustentável em primeiro lugar. Estratégias para pressionar por um tratado vinculativo nas Nações Unidas para regular Empresas e Direitos Humanos. Estratégias para um movimento mais inclusivo, que represente os povos marginalizados. Central em todas estas ações é a agroecologia, uma abordagem radical, inclusiva e sustentável para a agricultura.

Como resultado deste Fórum foi construído coletivamente, com os representantes de organizações europeias e de outras regiões, um plano de ação e o estabelecimento de uma estrutura de monitoramento para garantir a boa aplicação das decisões e o planeamento das ações. O plano de ação (ainda não disponível para análise detalhada) estabelece as bases para programas de curto / médio prazo de organizações que trabalham para a soberania alimentar na Europa e noutras regiões.

A crise aberta pela guerra da Síria e do Iraque não foi esquecida. A guerra leva as pessoas a deixar suas terras, as suas casas e os seus meios de vida. A crise dos refugiados na Turquia, noutros países do Médio Oriente e na Europa é um resultado destas guerras. Como defensores da soberania alimentar é importante lutar pelos direitos dos refugiados e recebê-los nos nossos países. É vital para a luta global pela soberania alimentar um posicionamento pela paz.



O 2º Fórum Nyéléni desenvolveu-se paralelamente às fases finais da negociação do acordo de livre comércio tóxico recentemente assinado entre a UE e o Canadá (CETA), que ameaça a própria existência da agricultura camponesa e abre portas a um ainda maior domínio dos sistemas alimentares por parte das corporações, a uma agricultura

industrial nociva para o ambiente e saúde pública, dos dois lados do Atlântico. Do Fórum saiu um posicionamento forte de oposição contra estas novas formas de colonialismo.

Algumas das ações definidas no Fórum poderão contar, caso haja interesse, com o envolvimento da REDSAN-CPLP, das Redes Nacionais que a constituem e, eventualmente, outras Redes Regionais e Nacionais integradas no IFSN. No contexto Europeu alargado, a ReAlimentar, que ficará a coordenar, juntamente com uma plataforma do Estado Espanhol (a clarificar), o seguimento das ações deste movimento na Ibéria, poderá cumprir com o papel de articulação entre estas dinâmicas e a REDSAN-CPLP e as outras redes nacionais, com o objetivo de contribuir, de forma concertada e solidária, para uma transição à escala global para sistemas agro-alimentares mais justos e sustentáveis e para a adoção de políticas públicas que promovam a soberania alimentar dos povos do mundo.

**O QUE É QUE NÓS QUEREMOS? SOBERANIA ALIMENTAR!**

**QUANDO É QUE QUEREMOS? AGORA!**

Cluj Napoca, 1 de Novembro de 2016